

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

**PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS CEARENSES: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**SMALL RURAL MUNICIPALITIES IN CEARÁ: CONSIDERATIONS ON THE PUBLIC
ADMINISTRATION FORMAL MARKET**

José Ediglê Alcantara Moura

Mestrando em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará/UFC
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri/URCA
genur@yahoo.com.br

Maria Jeanne Gonzaga de Paiva

Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará
Docente do Departamento de Economia da URCA
jeanne.paiva@urca.br

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal da administração pública nos pequenos municípios rurais no Ceará em 2010 e 2016. Para isso, recorre-se a base de dados da RAIS do MTE. Os principais resultados evidenciam que, de todos os municípios considerados, participaram em 2016, com 64,30% do total de postos de trabalho gerados, enquanto o Estado do Ceará como um todo, responde por pouco mais de um quarto do total das ocupações formais. No tocante às características socioeconômicas e sociodemográficas, percebe-se concentração da mão-de-obra do sexo feminino com idade entre 30 a 49 anos e média de escolaridade formal relativamente superior aos demais setores da economia local, somado a uma relativa estabilidade no tempo de serviço, o que impactam em melhores ganhos salariais, principalmente na faixa de mais de três a cinco salários mínimos, indo ao encontro da teoria do capital humano.

Palavras-chave: Administração pública; Emprego formal; Municípios cearenses.

ABSTRACT:

This investigation aims at describing the dynamics of formal labor in the public administration of Ceará State small rural municipalities in 2010 and 2016. For this purpose, we checked the RAIS

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

database, as published by the MTE. The main results suggest that all considered municipalities in 2016 participated with 64.30% of all formal employment generated, whereas the State of Ceará as a whole was responsible for a little more than one fourth of all formal positions. With regards to the socioeconomic and socio-demographic profiles, we perceived a concentration of female labor with an average age ranging from 30 to 49 years and an average formal schooling that is relatively higher than in other economic sectors. There is also a relative stability in employment duration, which results in better salaries. This is especially the case for the sector that earns between three and five minimum monthly salaries, which is in agreement with the human capital theory.

Key words: Public administration; Formal employment ; Ceará state municipalities

1 INTRODUÇÃO

O processo de integração da economia brasileira, no cenário da globalização mundial, promoveu à reconfiguração do processo produtivo, provocando intensa reestruturação da produção, terceirização das atividades de apoio e adoção de novos métodos de organização do trabalho, o que, aumentou notadamente a participação do setor de serviços na economia brasileira (BALTAR, 2003). Neste cenário, surgem novas formas de contratação, pautadas na conjuntura do Pós-Fordismo que preza prioritariamente pela flexibilização do mercado de trabalho (ANTUNES, 2005; HELOANI, 2002).

Todavia, enquanto os países desenvolvidos conseguem aumentar o grau de especialização e inovação das suas economias terciárias, o que permitiria uma alusão maior a uma teoria dos serviços como indutora de desenvolvimento; nas economias em desenvolvimento, como na brasileira, as atividades terciárias com maior peso estão nos ramos de serviços mais relacionados ao consumidor final e na administração pública (KON, 2013; SILVA *ET AL*, 2016).

Nos países em desenvolvimento, e em particular nas áreas periféricas como no Nordeste do Brasil, percebe-se a permanência da arcaica estrutura fundiária, cuja concentração se revalida com o avanço do agronegócio, assim como da importância da administração pública nos municípios de menor base produtiva, somado ao amplo hiato da renda domiciliar *per capita* entre o Nordeste e as regiões mais ricas do país (ARAÚJO, 2000).

Segundo Araújo (2017), em termos de porte dos municípios, ressalta-se que os municípios do Nordeste com até 50 mil habitantes permanecem predominantemente agrícolas e pecuaristas,

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

com uma indústria mais voltada para a agropecuária e com forte peso da administração pública na atividade econômica.

Concomitantemente, segundo Lima Júnior (2014), assim como Bar-El (2006), o Estado do Ceará identifica nas obras estruturantes da urbanização e nas vantagens competitivas como mão-de-obra barata e abundante, incentivos fiscais e maior proximidade ao grande mercado consumidor internacional em relação ao Centro-Sul, como elementos essenciais para o crescimento econômico. Somado a estes aspectos têm-se a valorização da Região Metropolitana de Fortaleza, que desde a década de 1950 passa a concentrar a atividade econômica, e de municípios interioranos com potencial, ficando a maioria impelida à própria sorte, e a dependência de recursos estatais, como o Fundo de Participação Municipal (FPM). É válido salientar, entretanto, que embora os menores municípios em população recebam as maiores parcelas de repasse *per capita* do FPM, os montantes desses repasses são maiores, em volume total, para os municípios com maior número de habitantes, mesmo esses recebendo valores *per capita* menores. Assim, uma grande parcela dos municípios do Brasil tem no FPM sua maior fonte de receita (TRISTÃO, 2003).

De acordo com os dados do DATASUS (2010), no que se refere ao PIB *per capita*, mesmo “escondendo” uma profunda desigualdade em sua distribuição espacial, constatou-se que existem 119 municípios cearenses com um PIB *per capita* 50% menor que o verificado no Ceará; 57 municípios no intervalo de classe maior que a metade da média (50%) até a média (100%), ou seja, entre R\$ 4695,31 e R\$ 9.390,62 e apenas 08 municípios que apresentaram um PIB *per capita* superior à média, revelando que existe uma elevada concentração na geração do produto da economia, o que leva a uma profunda polarização e desigualdade socio regional no Ceará.

Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) os municípios do Ceará em que a população rural é superior à urbana participam com 43,00% da população rural total estadual (901.428 habitantes), contraditoriamente ao esperado em um Estado com forte presença dos recursos naturais e territórios predominantemente rurais, dos 184 municípios cearenses, 70 têm população rural superior à urbana, sendo estes considerados para esse estudo: Abaiara, Acaraú, Acopiara, Aiuaba, Alcantaras, Alto Santo, Amontada, Apuiarés, Ararendá, Aratuba, Aurora, Barreira, Beberibe, Bela Cruz, Capistrano, Cariré, Cariús, Carnaubal, Catarina, Choró, Cruz, Deputado Irapuan Pinheiro, Farias Brito, Graça, Granja, Granjeiro, Guaraciaba do Norte, Ibareta, Ibiapina, Icapuí, Icó, Independência, Ipaporanga, Ipaumirim, Ipueiras, Itapiúna, Itarema, Jaguaratama, Jardim, Jijoca de Jericoaquara, Madalena, Milagres, Milhã, Missão Velha, Mombaça,

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

Moraújo, Morrinhos, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Pereiro, Piquet Carneiro, Pires Ferreira, Porteiras, Potiretama, Quiterianópolis, Quixelô, Salitre, São João do Jaguaribe, Tarrafas, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Ubajara e Vicoça do Ceará.

Percebe-se em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB), que se refere ao valor que cada atividade agrega aos bens e serviços consumidos na produção, representando a contribuição do Produto Interno Bruto (PIB) das atividades econômicas, calculado a partir da diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2010), que em 2010, o Ceará apresentava a seguinte composição: serviços R\$ 34.070.298,5 (49,25%); administração pública R\$ 16.430.304,3 (23,75%); indústria R\$ 15.177.895,5 (21,94%); e por último, agropecuária R\$ 3.495.911,4 (5,05%).

Em relação à distribuição do emprego formal no terciário, destaca-se ainda que a administração pública e o comércio varejista são os principais empregadores em todos os Estados do Nordeste. A participação da administração pública nos postos de trabalho com proteção social no terciário que era, em média, de 28% no Brasil, chega a 41% na média do Nordeste em 2010 (ARAÚJO, 2017), sendo esse setor, o que mais emprega no Ceará (387697 postos formais de trabalho), o equivalente a 29,24% do total de ocupações do Estado (RAIS, 2010).

Dessa forma, admitiu-se como questionamento problematizador a seguinte indagação: qual o comportamento das variáveis que definem o padrão do emprego formal na administração pública nos pequenos municípios rurais cearenses? A hipótese norteadora desse trabalho é que esse setor representa a maior dinamicidade nos territórios de tímida estrutura produtiva, sendo responsável pela alocação de grande parte da População Economicamente Ativa- PEA, especialmente a mais instruída, uma vez que é um ramo do setor de serviços mais intensivo em conhecimento.

Diante desse contexto, esse trabalho tem como objetivo central caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho formal na administração pública nos pequenos municípios rurais cearenses nos anos de 2010 e 2016. Reitera-se a necessidade de tal estudo, que não foi alvo específico de discussão na literatura, sendo de grande valia para o conhecimento dos gestores estaduais na promoção de políticas públicas direcionadas ao conjunto dos municípios alvos da pesquisa, além de conhecer o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos ocupados formais no setor caracterizado.

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

2 METODOLOGIA

Sucintamente, essa pesquisa é classificada como sendo preponderantemente quantitativa, utilizando análise tabular e estatística. Os dados utilizados são de origem secundária, extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que subsidia informações do mercado formal brasileiro em 31 de dezembro de cada ano.

Sposito e Whitacker (2010) ressaltam que existem várias formas de tratamento e caracterização do rural e urbano: 1) limites oficiais e delimitações administrativas (como é o caso brasileiro); 2) definição de um patamar demográfico ou de uma densidade demográfica; e 3) definição a partir da ocupação econômica da população ou natureza das atividades econômicas. Todavia, como não há ainda um consenso em relação a qual classificação mais “precisa” para definir o rural no Brasil, será optado, nesse trabalho, pelo uso do critério de limite oficial e delimitação administrativa utilizado pelo IBGE. Os municípios considerados nesse estudo são os que possuem população rural superior à urbana, sendo todos localizados no interior do Estado do Ceará.

2.1 Fonte de dados

A principal fonte de informações são os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS é uma das principais fontes de informação no tocante ao mercado de trabalho formal brasileiro, que através de um censo anual, visa suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Possui como principais características: abrangência geográfica de todo o território nacional; natureza de levantamento de registro administrativo; periodicidade anual e com uma cobertura de aproximadamente 97% do mercado formal de trabalho brasileiro (RAIS, 2010).

2.2 Variáveis

As variáveis estudadas foram: empregos formais nos setores de Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária; Sexo: masculino/feminino. Faixa Etária: até 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 64 anos e 65 ou mais anos de idade. Escolaridade: analfabeto; até 5ª ano Incompleto, 5ª ano Completo Fundamental, 6ª ao 9ª ano do

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

fundamental, fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Tempo de Serviço: menos de 01 ano, 01 a menos de 03 anos, 03 a menos de 05 anos e 05 ou mais anos. Remuneração dos Trabalhadores: até 1 salário mínimo, mais de 1 a 2 salários mínimos, mais de 2 a 3 salários mínimos, mais de 3 a 5 salários mínimos, mais de 5 a 10 salários mínimos, mais de 10 a 20 salários mínimos e por último, mais de 20 salários mínimos.

3 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS CEARENSES NOS ANOS DE 2010 E 2016

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais- RAIS, a administração pública seguida do setor do comercial liderou, tanto no ano de 2010 quanto em 2016, à geração de postos formais de trabalho nos pequenos municípios rurais do Ceará. O primeiro setor respondia por 74,50% dos postos de trabalho e os reduziu para 64,30%; já o segundo setor, reduziu de 8,14% para 11,46% nos anos em apreciação. As menores ocupações foram registradas na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública (TABELA 1).

No cômputo geral, o Ceará participava com 29,24% do total de postos de trabalho na administração pública em 2010, figurando como o setor que mais empregada no Ceará, sendo que ocorreu uma redução para 25,62% no ano posterior, passando para o setor de serviços (33,51%) como maior gerador de ocupações formais no âmbito estadual. (TABELA 1).

Tabela 01: Estoque de empregos formais nos setores da atividade econômica nos pequenos municípios rurais cearenses e no estado do Ceará-2010/2016

Setores	Pequenos municípios rurais-CE				Estado do Ceará			
	2010		2016		2010		2016	
IBGE	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
Extrativa mineral	117	0,12	180	0,17	2.654	0,20	2.999	0,21
Indústria de transformação	3.529	3,75	5.226	5,07	251.357	18,96	232.501	16,11
Serviços indust de util	195	0,21	304	0,25	7.187	0,54	8.556	0,59

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

pública								
Construção	1.280	1,36	2.309	2,24	75.973	5,73	61.516	4,26
civil								
Comércio	7.672	8,14	11.811	11,46	209.549	15,81	260.979	18,08
Serviços	4.776	5,06	9.283	9,01	369.096	27,84	483.741	33,51
Administração pública	70.189	74,50	66.283	64,30	387.697	29,24	369.758	25,62
Agropecuária	6.460	6,86	7.145	6,93	22.280	1,68	23.315	1,62
Total	94.208	100	103.081	100	1.325.792	100	1.443.365	100

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

A análise desagregada por sexo revela que em 2010 havia 70.189 trabalhadores na administração pública nos pequenos municípios rurais cearenses, sendo que 68,14% dos ocupados são do sexo feminino e 31,86% do sexo masculino. Em 2016, a participação dos homens reduz para 32,17% e das mulheres aumenta para 67,83%. (TABELA 02).

Tabela 02: Total de empregos formais na administração pública, segundo sexo nos pequenos municípios rurais do Ceará nos anos de 2010 e 2016

Sexo	2010		2016		Variação (%)
	Abs	(%)	Abs	(%)	
Masculino	22.362	31,86	21.321	32,17	(4,66)
Feminino	42.827	68,14	44.962	67,83	4,99
Total	70.189	100,00	66.283	100,00	(5,56)

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Movido por questões econômicas, como complemento da renda familiar, aumento do nível de escolaridade somado as mudanças na estrutura demográfica, como queda na taxa de fecundidade e criação de postos de trabalho compatíveis às aptidões femininas, constata-se aumento, ainda que em termos absolutos na participação das mulheres no mercado de trabalho formal, notadamente no setor de serviços (BRUSCHINI, 2007).

Quanto à faixa etária dos ocupados na administração pública, os dados da tabela 03 apontam para significativa redução da força de trabalho com até 17 anos, sendo que foram registrados 08 ocupados em 2010 e somente 02 empregados em 2016.

A participação da mão de obra jovem (18 a 24 anos) nordestina na administração pública, apesar de ter sofrido redução, foi de 4,34% em 2016, inferior ao observado em 2010 (8,08%). Além disso, para a faixa etária de 25 a 29 anos, houve redução da participação, a saber: 14,95% em 2010 e 9,26% em 2016. Vale notar que, nas duas faixas (18 a 24 e 25 a 29), concentravam-se em termos absolutos 16.168 da mão de obra no setor da administração pública em 2010, reduzindo-se para 9.017 ocupados (TABELA 03).

Tabela 03: Total de empregos formais na administração pública, segundo faixa etária nos pequenos municípios rurais do Ceará nos anos de 2010 e 2016.

Faixa Etária	2010		2016		Variação (%)
	Abs	(%)	Abs	(%)	
Até 17 anos	08	0,01	02	0,00	(750,00)
18 a 24 anos	5.672	8,08	2.876	4,34	(49,29)
25 a 29 anos	10.496	14,95	6.141	9,26	(41,49)
30 a 39 anos	24.112	34,35	22.143	33,41	(8,17)
40 a 49 anos	18.713	26,66	20.597	31,07	10,07
50 a 64 anos	10.535	15,01	13.709	20,68	30,13
65 ou Mais	653	0,93	815	1,23	24,81
Ignorado	-----	0,00	-----	0,00	0,00
Total	70.189	100,00	66.283	100,00	(5,56)

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Cabe ainda enfatizar que, para a faixa etária de 30 a 39 anos, assim como para aquela de 40 a 49 anos, elevou-se o percentual na comparação do ano de 2010 com o de 2016. Essas duas faixas concentravam 61,01% dos ocupados no primeiro ano e 64,48% no último. (TABELA 03).

A faixa etária de 50 a 64 anos concentra significativa participação de ocupados, com 15,01% no primeiro ano para 20,68% para o último ano da análise. Ainda na tabela 03, verifica-se a

pequena participação de trabalhadores de 65 anos ou mais, que representavam um percentual de 0,93% em 2010 para 1,23% em 2016.

De acordo com os dados da Tabela 04, no ano 2010, um percentual de 0,80% dos ocupados nesse setor era analfabeto, reduzindo-se para 0,55% em 2016. Esses resultados estão relacionados às políticas de combate ao analfabetismo tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal. Percebe-se ainda que para os ocupados com até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, a redução foi tímida, saindo apenas de 6,59% em 2010 para 5,04% em 2016.

De forma expressiva reduziram a participação com o 5º ano completo do ensino fundamental, saindo de 5,26% em 2010 para 3,36% em 2010. Além desses, os que tinham escolaridade entre o 6º e o 9º ano do ensino fundamental também mostraram uma passagem de 6,48% para 6,19%. (TABELA 04).

Tabela 04: Total de empregos formais na administração pública nos pequenos municípios rurais do Ceará nos anos de 2010 e 2016.

Escolaridade	2010		2016		Variação (%)
	Abs	(%)	Abs	(%)	
Analfabeto	562	0,80	363	0,55	(35,41)
Ate 5.a inc	4.625	6,59	3.343	5,04	(27,72)
5.a com fund	3.689	5,26	2.224	3,36	(39,71)
6. a 9. fund	4.548	6,48	4.100	6,19	(9,85)
Fund compl	6.824	9,72	6.573	9,92	(3,68)
Medio incomp	1.941	2,77	1.978	2,98	1,91
Medio compl	26.695	38,03	25.041	37,78	(6,19)
Sup. incomp	1.410	2,01	1.827	2,76	29,57
Sup. comp	19.888	28,33	20.619	31,11	3,68
Mestrado	05	0,01	186	0,28	3,62
Doutorado	02	0,00	29	0,04	1,35
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0,00
Total	70.189	100,00	66.283	100,00	(5,56)

Nesse caso, vê-se que, no primeiro ano, 38,03% da força de trabalho desse setor tinha o ensino médio completo, participação que se reduziu para 37,78%. Para os ocupados com ensino superior completo tem-se a passagem de 28,33% para 31,11% nos anos de 2010 e 2016. (TABELA 04), o que atesta ser a participação dos mais escolarizados nesse setor, Conforme dados da tabela 4 que vão ao encontro do que diz Pereira (2004), afirmando que a partir da introdução do Toyotismo que se caracteriza pela flexibilidade e inovação das formas de organização do trabalho, apropriando-se da dimensão intelectual dos trabalhadores, de forma a serem pró-ativos e polivalentes.

Silva Filho e Queiroz (2011) afirmam que no Nordeste brasileiro destaca-se a concentração de trabalhadores formais com baixo nível de escolaridade, alocados notadamente no comércio varejista, em atividades de serviços de baixo valor agregado, principalmente nas suas Regiões Metropolitanas, além das indústrias intensivas em trabalho como: têxtil, alimentícia e calçadista, o que favorece a baixa remuneração nordestina e cearense em relação às regiões de maior densidade produtiva, como no Centro-Sul do Brasil.

Em relação ao tempo de permanência dos empregados na administração pública nos pequenos municípios cearenses, em 2010, 47,75% ficaram empregados por menos de 01 até 05 ou mais anos, diminuindo para 30,88% em 2016. A participação de trabalhadores nas faixas iniciais decorre provavelmente dos elevados encargos sociais, que incentivam os empregadores a utilizar mão-de-obra terceirizada, contratos temporários com propósito de reduzirem custos. (TABELA 04).

Tabela 05: Número de empregos formais na administração pública nos pequenos municípios rurais do Ceará nos anos de 2010 e 2016.

Tempo de serviço	2010		2016		Variação (%)
	Abs	(%)	Abs	(%)	
Menos de 01 ano	10.376	14,79	8.679	13,11	(16,36)
01 a menos de 03 anos	13.674	19,48	6.408	9,67	(53,14)
03 a menos de 05 anos	9.459	13,48	5.371	8,10	(43,22)
05 ou mais anos	36.667	52,24	45.812	69,11	24,94
Ignorado	13	0,02	13	0,02	0,00
Total	70.189	100,00	66.283	100,00	(5,56)

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

Para a faixa de 05 ou mais anos de tempo de serviço, tem-se a ampliação em termos relativos de 52,24% em 2010 para 69,11% em 2016. Para os termos absolutos, tem-se a passagem, de 36.667 para 45.812 ocupados, sofrendo variação de 24,94% ao longo do período analisado. (TABELA 05).

No que se referem à remuneração média dos ocupados, os dados da tabela 06 revelam que há forte concentração de trabalhadores nas primeiras faixas de rendimentos. Além disso, a maior taxa de crescimento ocorreu apenas para aqueles que auferiam mais de 03 a 05 salários mínimos (100,84%). Por sinal, no ano 2010, 32,33% dos ocupados no setor recebiam rendimento de até 01 SM, reduzindo em 2016 para 25,42% dos ocupados. Já para aqueles que auferiam rendimentos entre mais de 01 a 02 SM, houve forte concentração uma vez que, no primeiro ano, 48,20% estavam nessa faixa e, no último, 42,65% recebiam rendimento no intervalo estabelecido.

Tabela 06: Total de empregos formais na administração pública, segundo faixa de remuneração nos pequenos municípios cearenses nos anos de 2010 e 2016.

Faixa de remuneração em (SM)	2010		2016		Variação (%)
	Abs	(%)	Abs	(%)	
Até 01 SM	22.692	32,33	16.848	25,42	(25,75)
Mais de 01 a 02 SM	33.890	48,20	28.273	42,65	(16,57)
Mais de 02 a 03 SM	6.805	9,70	6.359	9,59	(6,55)
Mais de 03 a 05 SM	3.932	5,61	7.897	11,91	100,84
Mais de 05 a 10 SM	1.260	1,79	952	1,44	(24,44)
Mais de 10 a 20 SM	352	0,51	153	0,23	(56,53)
Mais de 20 SM	72	0,10	18	0,03	(750,00)
Sem declaração	1.186	1,69	5.578	8,42	(370,32)
Total	70.189	100,00	66.283	100,00	(5,56)

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Para as faixas de rendimento mais elevadas (De mais de 05 a 20 SM), tem-se a passagem de um estoque de 2,40% em 2010 para 1,70% em 2016, o que em termos absolutos verifica-se 1.684

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

trabalhadores no primeiro ano e 1.123 no segundo período, constatando que mesmo com aumento da escolaridade (TABELA 04), ocorreu perda do número de trabalhadores recebendo as melhores remunerações (TABELA 06).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados na pesquisa indicam que a administração pública nos pequenos municípios do Ceará, em que a população rural é superior à urbana para o ano de 2016, é mais expressiva do que o Ceará em termos gerais. Esses municípios participam com 64,30% do total de postos formais de trabalho, enquanto que o Estado como um todo ocupa 25,62% do conjunto de trabalhadores da administração pública nas atividades econômicas.

No tocante a permanência dos empregados da administração pública, constata-se que 69,11% estão alocados na faixa de mais de 05 anos no tempo de serviço, indicando uma relativa estabilidade nos postos de trabalho superiores aos demais setores da economia, que são marcados pela elevada rotatividade e instabilidade nos postos formais de trabalho.

No tocante ao perfil sociodemográfico, destacam-se concentração de ocupados entre 30 a 49 anos de idade, sendo demandando ao longo dos anos, devido aos aspectos de transição demográfica, profissionais com idade cada vez mais avançada.

Outra variável que se destaca é a predominância do sexo feminino, uma vez que são postos de trabalho mais compatíveis às suas aptidões e demandam pouco esforço físico em meio à estrutura produtiva estadual, caracterizada por empregos intensivos em trabalho.

Em relação à escolaridade, destacam-se a demanda por trabalhadores com maior grau de instrução formal, notadamente com ensino médio e superior completo, sendo que seus rendimentos nominais estão concentrados nas faixas de até 02 salários mínimos.

Em síntese, percebe-se que os pequenos municípios cearenses vêm perdendo, mesmo que de forma tímida, a participação da administração pública no total de empregos formais no período de 2010/2016. Em que pese a sua importância no cenário estadual, ao longo dos anos, com a redução do papel do Estado na economia no bojo das políticas neoliberais, poderão impactar na redução expressiva dos empregos gerados neste setor, provocando uma migração de indivíduos para os

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

demais ramos da atividade econômica, uma vez que, grande parte dos ocupados da administração pública é caracterizada por um nível de escolaridade superior aos demais setores da economia cearense marcados por relações de trabalho precárias em atividades intensivas em mão-de-obra.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, J. B. *Mercado de trabalho e desigualdade: o Nordeste brasileiro nos anos 2000.* Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2017, 319 p. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, T. B. *Nordeste, Nordestes. Que Nordeste?* Ensaio sobre o Desenvolvimento

BALTAR, P. E. A. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, W. M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.* São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

BAR-EL, R. (Org). O estado do Ceará: o problema e suas raízes. In: BAR-El, R. *Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza.* Fortaleza: Premium, 2006.

Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Revista*

Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº 132, p. 537-572. Set/dez, 2007, São Paulo.

DATASUS (2010): *Departamento de Informática do SUS.* Disponível em: [<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>]. Acesso em 06 agosto/ 2017.

HELOANI, José Roberto. *Organização do Trabalho e Administração: Uma visão multidisciplinar*, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE (2010). *Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010.* Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 28. Junho. 2017.

KON, A. Atividades de serviços como indutoras do desenvolvimento. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, nº 34, p. 57-87, fev. 2013.

LIMA JÚNIOR, F. do O'. *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010.* Campinas, SP: UNICAMP IE, 2014, 264p (Tese de Doutorado).

MOURA, José Ediglê Alcantara. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. **Pequenos municípios rurais cearenses: considerações sobre o mercado de trabalho formal da administração pública.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.13, n.2, p. 58-72 TRI II 2019. ISSN 1980-7031

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS- RAIS (2015).<<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 28 jun/ 2017.

SILVA FILHO, L. A da; QUEIROZ, S. N. de Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. *Revista Perspectiva Econômica*, v. 7(1), p. 1-22, out./dez, 2011.

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. *Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira*. PolicyPaper Nº 19, Centro de Políticas Públicas do Insper, São Paulo, ago. de 2016.

SPOSITO, M. E. B ; WHITACKER. A. M. *Cidade e campo: relações e contradições entre o rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

TRISTÃO, J. A. M. *A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação*. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, EAESP, São Paulo, 2003.